



I Grupo Parlamentar I



Debate de Urgência | Precariedade Laboral Intervenção Paulo Mendes

O Bloco de Esquerda trará a precariedade como tema de debate, a esta casa, as vezes que forem necessárias, quer na forma de propositura, quer na lógica de denuncia das políticas governamentais traduzidas em situações concretas de precariedade que coexistem, hoje, a par do desemprego.

A precariedade é a maior chaga social que afeta quem trabalha, impedindo uma geração de ter e planear a sua vida, assumir novas responsabilidades e constituir família.

Numa altura em que a economia cresce, em que as empresas assumem os seus ganhos e o bom clima de negócios é bandeira deste Governo, existem os deserdados deste progresso que são cerca de três dezenas de milhares de trabalhadores só nos Açores.

Não podemos deixar sem combate esta situação e compete-nos denunciar a hipocrisia política do Governo Regional e do Partido Socialista sobre esta questão.

Não há ilha, concelho e freguesia onde a precariedade não se faça sentir, assim como se faz sentir tanto no setor privado como no setor público.

Os dados estatísticos oficiais dão-nos conta de uma realidade que, infelizmente, tão bem conhecemos.

No último trimestre de 2018, os Açores ainda ocupavam um lugar cimeiro no pódio do desemprego, sendo a segunda região do país com a maior taxa de desemprego (8,5%)¹.

Apesar desse lugar cimeiro que ocupamos, não deixa de ser verdade que se registou, nos últimos anos, uma redução significativa no número de desempregados, o mesmo não se constata quanto à precariedade que tem vindo a aumentar.

Assim, e de acordo com dados do INE3, em 2017, 20% dos trabalhadores por conta de outrem, nos Açores, eram contratados a termo, ou seja mais 1,5% comparativamente à percentagem nacional. Por conseguinte, os Açores eram, em



I Grupo Parlamentar I



2017, os líderes em precariedade se comparados com o continente (18,4%) e a Madeira (18,5%).

Em 2018, a situação mantém-se com um ligeiro agravamento, os contratos a termo, representaram 20,5% dos contratos de trabalho por conta de outrem, sem considerarmos os contratos a tempo parcial que reúnem 7%. Assim, os Açores continuam a ser líderes destacados na contratação a termo e com tendência para se distanciarem relativamente à média nacional, o continente e a Madeira.

Nestas contas oficiais sobre a precariedade não entram outros números desconhecidos, como é o caso do trabalho informal e não declarado com rendimentos tão reduzidos que são muitas vezes complementados pelo RSI.

A qualidade do emprego não pode ser uma exigência adiada, tão somente porque se considera prioritário o aumento do emprego, tal como a criação de riqueza não pode ser separada ou precedida pela sua distribuição. São condições que devem ocorrer em simultâneo.

Não é por mero acaso que ao aumento do número de contratos a termo e a tempo parcial na Região se assiste a uma quebra no rendimento médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem que entre 2017 e 2018 passou de 802 euros para 790 euros mensais⁵. Esta quebra no rendimento médio mensal, depois de uma evolução positiva entre 2015 e 2017 e em contraciclo com o restante país, só não foi mais grave, porque assistimos a uma política de restituição de rendimentos protagonizada por um Governo da República condicionado pelos partidos à esquerda do PS.

Ainda muito recentemente, neste plenário, falámos sobre pobreza e exclusão social, numa interpelação ao Governo Regional durante a qual vos recordámos acerca de uma premissa, que não é do Bloco de Esquerda, mas do “Diagnóstico da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social”, da responsabilidade do Governo Regional, segundo a qual “...o problema da pobreza está, tradicionalmente, mais associado à qualidade do emprego do que ao desemprego.”

Ainda no último plenário, o PS, quando confrontado com dados e exemplos de uma realidade social e laboral que não só se impõe como é impossível de disfarçar, sentiu-



I Grupo Parlamentar I



se impelido a contrariar essa mesma realidade. Foi nesse sentido que, numa declaração política, recorreu ao PIB per capita para desmentir o indesmentível: vieram anunciar um aumento de 59% do PIB per capita entre 2000 e 2016. Ora, este aumento quando cruzado com a normalização da precariedade é um indicador de que as desigualdades sociais, nos Açores, acentuam-se.

Estamos perante indícios de que a precariedade se traduz numa forma de desigualdade transversal a toda a sociedade com implicações no enriquecimento dos Recursos Humanos, nos processos de progressão profissional e, porque desemprego e precariedade estão associados, é também fator de vulnerabilidade ao desemprego. Estamos, pois, perante características de um mercado de trabalho que afeta o crescimento e a distribuição da riqueza gerada.

Quem foi responsável pela alteração ao Código do Trabalho, por forma a facilitar despedimentos, políticas de austeridade que retiraram rendimentos aos trabalhadores e vêm a precariedade como fator de competitividade não pode, simultaneamente, desejar saldos migratórios positivos, taxas de natalidade nos píncaros e taxas de crescimento natural excecionais.

Os responsáveis por políticas de compressão dos direitos laborais não se podem lamentar pelos resultados demográficos atuais, pois estes são a consequência direta das políticas que defendem.

A autonomização dos jovens, mesmo entre aqueles mais qualificados, é adiada, porquanto difícil é obter um vínculo laboral estável associado a um rendimento condigno conducente a uma qualquer forma de conjugalidade – ou não – mas sempre à mudança para casa própria ou arrendada. São adolescências que se prolongam numa espécie de moratória imposta para a idade adulta.

Quantos jovens não estudantes continuam a coabitar com os pais, ou porque estão desempregados, ou porque mesmo empregados não conseguem ter um vínculo laboral estável e um salário que lhes permitam deixar a dependência dos pais?

Não temos dúvidas em afirmar que o Governo Regional é não só cúmplice do crescimento desta chaga social, que é o trabalho precário, como é também



I Grupo Parlamentar I



paralelamente o instigador desta forma vil de exploração que consome a esperança às pessoas.

O último mês, infelizmente, foi pródigo, por parte do Governo Regional e do Partido Socialista em evidências que demonstram que lado escolheu e da quanta hipocrisia usa para mascarar essa opção, a de estar sempre, mas sempre, do lado do patronato contra quem trabalha.

Vamos a casos concreto:

No dia treze de dezembro passado, a maioria do Partido Socialista, depois de mitigar a proposta do Bloco de Esquerda, lá aprovou alterações ao COMPETIR + para que empresas apoiadas com dinheiros públicos fossem obrigadas a contratar sem termo. Contudo, uma semana depois, o Governo Regional veio regulamentar o chamado programa de estágios Profissionais de Integração Contínua que não só garante mão de obra quase gratuita durante quatro meses às empresas como também as premeia com apoios pecuniários que variam entre os 1800 e os 2500 euros para que contratem a prazo, sem, portanto, qualquer imposição de contratos sem termo.

Esta prática não passa de uma benesse aos patrões como que a pedir desculpa pela aprovação da proposta do Bloco de Esquerda. Aliás, na linha do PS nacional quando, em 2016, aumentou o salário mínimo para logo vir propor a baixa da TSU para compensar o patronato. Não vingou, porque o PS, na República, não tinha a maioria absoluta e o movimento de repúdio desta medida fez o PS e o Governo da República recuar.

Aqui, o PS como detém a maioria absoluta permite este tipo de manobras de compensação, a dobrar, ao patronato.

Infelizmente, nesta troca de galhardetes entre o patronato e o Governo é o mexilhão que se trama.

Em reunião da Comissão Permanente de Política Geral, o Sr. Vice- Presidente do Governo afirmou que 94% dos trabalhadores da Administração Pública Autónoma têm contratos por tempo indeterminado, uma situação alcançada devido a um processo de regularização de precários que na região se realizou em 2017.



I Grupo Parlamentar I



Por estes dados ficámos a saber, e foi uma informação que não foi negada pelo Governo Regional, que quase nove mil trabalhadores estão integrados nos quadros da Administração Pública Regional, o que nos leva a perguntar se existem trabalhadores de primeira e outros de segunda na Administração Pública Autónoma, seus serviços dependentes e de entidades do setor público empresarial?

E quem são estes quase nove mil trabalhadores com contratos por tempo indeterminado? Onde estão os outros e onde estão a trabalhar?

De entre estes quase nove mil trabalhadores, encontram-se os beneficiários de programas ocupacionais que prestam serviço na RIAC?

No último plenário, denunciámos a falta de abertura do Governo Regional para valorizar a carreira dos assistentes técnicos da RIAC7, trabalhadores que exercem funções muito diversificadas e de um grau de responsabilidade exigente – por sinal além do previsto relativamente ao conteúdo funcional de assistente técnico - mas que recebem um pouco mais do que o salário mínimo regional.

Ficámos também a conhecer um contrato entre a RIAC e a Unidade de Saúde da ilha Terceira, que não é mais do que um contrato de outsourcing que coloca este instituto público no papel de uma qualquer empresa de trabalho temporário exploradora dos seus trabalhadores.

A RIAC recebeu, conforme o previsto nesse Acordo, 1.373,75€ por cada trabalhador, quando cada um destes trabalhadores recebe um pouco mais do que o salário mínimo ou até poderá ser beneficiário de um programa ocupacional.

Ficamos a aguardar o desmentido do Governo Regional.

Terá sido este contrato renovado, e quem sabe estendido a outras unidades de saúde de ilha?

E os trabalhadores que dão formação a desempregados, e que continuam na condição de falsos recibos verdes, apesar de prestarem um serviço regular e em exclusivo a uma única entidade? Que resposta tem o Governo Regional para estes trabalhadores?



I Grupo Parlamentar I



De entre os quase nove mil trabalhadores no quadro da Administração Pública Autónoma, encontram-se beneficiários de programas ocupacionais nas escolas cujos quadros estão desatualizados? Aliás, como é fácil de provar, bastar ouvir os presidentes dos conselhos executivos que assumem que sem os trabalhadores dos programas ocupacionais, as escolas não tinham condições de abrir.

Ou serão os trabalhadores dos hospitais que estão na mesma situação daqueles que tem vindo a assegurar a abertura das escolas, que também sem os quais, os hospitais teriam limitações sérias no seu funcionamento?

Afinal, quais são os trabalhadores de primeira e de segunda? Para o Governo Regional há uma linha que separa os trabalhadores dos ocupados que corresponde à sua falta de vontade política. Para nós, essa linha é a linha que impede alguém de ter um contrato de trabalho, uma carreira valorizada e um salário condigno.

O processo de regularização de precários na administração regional, segundo dados oficiais, resultou numa integração de nem 80 trabalhadores. Foi, pois, uma farsa e um embuste para evitar que se aplicasse o PREVPAP à Região.

Não esquecemos que esse processo não teve contraditório, o que em termos democráticos deixa muito a desejar. Não considerou, portanto, a participação das estruturas representativas dos trabalhadores, e essa foi a razão, ou seja, a ausência de um processo democrático e partilhado, para que o vice-presidente se congratulasse com a objetividade do processo.

Não é surpreendente que o PS, o partido que suporta o Governo Regional, fosse capaz de um exercício de hipocrisia monumental como aquele que praticou recentemente numa comissão parlamentar, no âmbito da audição da responsável pela RTP/Açores.

Foi o deputado José Contente que afirmou: "É impressionante, inaceitável, e inconcebível ver a RTP/Açores fazer notícias a denunciar situações de precariedade em vários sectores da nossa sociedade, mas que dentro de casa mantém trabalhadores há mais de dez anos, nalguns casos quase há 20 anos, nessas condições".



I Grupo Parlamentar I



Subscrevemos esta indignação do senhor deputado e do Partido Socialista e desafiamo-los a juntarem-se à nossa condenação pública e exigência para que o Conselho de Administração da RTP se demita imediatamente por não acatar a sentença judicial que obriga a RTP/Açores a integrar quatro trabalhadores nos seus quadros, numa atitude revanchista contra os trabalhadores que lutaram pelo reconhecimento dos seus direitos.

Contudo, continuamos a não entender a razão pela qual o PS/Açores não estende esta indignação aos Açores e só fala de empresas que estão fora da jurisdição regional?

O PS/Açores alinha pelo ditado antigo – “Faz o que eu digo, não faças o que eu faço.”

Fica bem ir à RTP, fazer este tipo de declarações para encobrir a real política que se pratica nos Açores, que é de fomento e cumplicidade com a precariedade pública e privada.

O Bloco de Esquerda não tem duas caras, consideramos a precariedade como uma chaga social a par do desemprego, que ainda persiste e afeta milhares de açorianos.

Trazemos, hoje aqui, a denuncia destas práticas e políticas, para esclarecer aos olhos dos açorianos e açorianas a verdadeira política laboral do PS, e para combater a hipocrisia política.

Estão em causa dezenas de milhares de vidas das pessoas, que aceitam a precariedade para fugir ao desemprego, à obrigação de emigrar ou fugir de viver exclusivamente de apoios sociais, mas também está em causa a dignidade das pessoas que trabalham.

Não nos esqueçamos que são políticas deste tipo que formam o caldo de cultura onde se apoia a extrema direita que pulula por esta Europa e mundo, e que em Portugal dá passos na sua implantação.

Horta, 17 de janeiro de 2019